

Projeto de Lei nº 01, de 13 de janeiro de 2025.

EMENTA: Dispõe sobre a implantação do novo salário-mínimo nacional, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, submete à apreciação do Poder Legislativo Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido em R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) o valor da menor remuneração a ser recebida pelos servidores públicos municipais, em face do aumento do salário mínimo nacional proveniente do Decreto Federal nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024, do Presidente da República.

§ 1º. O disposto no "caput" aplica-se a todos os servidores, independentemente do seu vínculo funcional, sejam efetivos ou contratados temporariamente, bem como os ocupantes de cargos comissionados.

§ 2º. Aplica-se a menor remuneração fixada no "caput", também, aos aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (FUNPRESC).

§ 3º. Se no decorrer do presente exercício sobrevier aumento do valor do salário mínimo nacional, por Medida Provisória ou Decreto do Presidente da República, fica o Poder Executivo autorizado a adequar a menor remuneração dos servidores municipais conforme disposição da norma hierarquicamente superior, nos termos do art. 7º, IV c/c art. 39, § 3º, da Constituição da República.

Art. 2º. Fica estabelecido em R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais) o valor do vencimento-base dos servidores ocupantes do cargo de Agente Comunitário de Saúde (ACS) e de Agente de Combate às Endemias (ACE), em face da disposição prevista no art. 198, § 9º, da Constituição da República.

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Santa Cruz (PE), em 13 de janeiro de 2025.



Adegildo Guimarães Soares
Prefeito

Aprovado em 1º Discussão
Em 16/01/2025
Presidente

Projeto de Lei nº 01, de 13 de janeiro de 2025.

MENSAGEM DE ENVIO

Senhora Presidente,
Senhores(as) Vereadores(as),

Com os nossos cordiais cumprimentos, servimo-nos do presente para encaminhar à deliberação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei em anexo, o qual dispõe sobre a implantação do novo salário-mínimo, e dá outras providências.

A adequação do valor do salário mínimo decorre do Decreto Presidencial nº 12.342, de 30 de dezembro de 2024, fixando o valor de R\$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais).

No mesmo sentido, a Constituição da República, por força da Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, passou a estabelecer que a remuneração mensal do Agente Comunitário de Saúde (ACS) e do Agente de Combate às Endemias (ACE) não poderia ser inferior a 02 (dois) salários mínimos, o que corresponde atualmente a R\$ 3.036,00 (três mil e trinta e seis reais), fixado na presente Lei.

Certos do engajamento dos que fazem essa respeitável Casa de Leis, enviamos o presente projeto de Lei, requerendo dos nobres Vereadores a sua aprovação.

Atenciosamente,



Adegildo Guimarães Soares
Prefeito

Aprovado em 1º Discussão
Em 16/01/2025
A. Rodrigues
Presidente